

## Benefícios financeiros da atuação do TCU superam 25 bi em 2018



O benefício financeiro potencial das ações do Tribunal de Contas da União (TCU) alcançou R\$ 25.104.319.359,00 em 2018. Isso significa que cada R\$ 1 investido no funcionamento do Tribunal trouxe um retorno de R\$ 12,38 para a sociedade.

Esse valor decorre de correções de irregularidades ou impropriedades em atos da Administração Pública realizadas a partir de ações do TCU. Um exemplo foi o acompanhamento da implementação do Programa de Informatização das Unidades Básicas de Saúde (PIUBS), com vistas a prevenir e corrigir eventuais distorções, evitando a ocorrência de irregularidades ou má aplicação de recursos públicos, que gerou mais de R\$ 6,3 bilhões em economia para os cofres públicos (Acórdão 1.961/2018).

Outro exemplo é o acompanhamento sobre a concessão, manutenção e pagamento de benefícios previdenciários pelo INSS (Acórdão 1.057/2018) que trouxe uma economia de mais de 2,5 bilhões à sociedade. Já a fiscalização sobre a quinta rodada de licitações para outorga de blocos em áreas do pré-sal (Acórdão 2.199/2018) para exploração e produção de petróleo e gás natural, alcançou benefícios financeiros de mais de 3,9 bilhões.

Durante o ano de 2018, último ano da gestão do ministro Raimundo Carreiro na Presidência do TCU, 555 fiscalizações foram concluídas pelo Tribunal e 4.687 processos de controle externo foram apreciados de forma conclusiva.

Nesse período, os esforços de fiscalização foram concentrados em quatro principais linhas de ação: combate à fraude e à corrupção; avaliação da eficiência e da qualidade dos serviços públicos; avaliação de resultados de políticas e programas públicos; e promoção da transparência na administração pública federal.

Além do benefício financeiro aferido, as ações de controle também geram outros impactos para o país, como potencial redução de irregularidades pela expectativa de controle, prevenção de desperdício, melhorias na alocação de recursos, sugestões de aprimoramento de leis, redução de danos ambientais e melhoria de políticas públicas.

Em relação à melhoria da eficiência pública, por exemplo, o Tribunal iniciou ações específicas para avaliar disfunções burocráticas e melhorias na qualidade dos serviços públicos. Parte das fiscalizações realizadas sobre o tema foi consolidada no Relatório Sistemático sobre Disfunções da Burocracia Estatal.

## Retorno de investimento em 2018



Ao apresentar os resultados da gestão, o presidente Raimundo Carreiro destacou também os avanços realizados na seleção dos objetos das ações de controle, que agora priorizam problemas crônicos nacionais. Esses temas, reunidos na Lista de Alto Risco (LAR), são categorizados de acordo com o risco operacional ou financeiro que trazem devido às suas vulnerabilidades à fraude, ao desperdício, ao abuso e ao mau gerenciamento. Trata-se de iniciativa inédita que possibilitará apresentar às futuras gestões os desafios mais relevantes a serem enfrentados pelo Tribunal, permitindo, ainda, melhor planejamento das ações de fiscalização”, disse Carreiro.